



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 637675 - MG (2020/0349430-0)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : SEMIAO REZENDE MOREIRA  
**ADVOGADO** : SEMIAO REZENDE MOREIRA - MG044696  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : DOUGLAS ARLINDO DE ASSIS QUEIROGA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS ARLINDO DE ASSIS QUEIROGA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (01002614720168130301).

O impetrante sustenta que "o Paciente tem problemas de hipertensão seríssimos, e o pior, sem tratamento médico adequado e necessário, há risco de óbito". (fl. 63). Requer seja concedida a liminar, determinando a prisão domiciliar ou internação hospitalar do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada foi analisada neste plantão judiciário, cuja decisão foi acostada às fls. 57-58.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ,

indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente